

DIVISÕES SOCIAIS, UTENSÍLIOS CERÂMICOS E O PREPARO DA FARINHA DE MANDIOCA NO BRASIL COLONIAL

Marcos André Torres de Souza

RESUMO

Este artigo examina a criação de divisões sociais durante o período colonial à partir do exame de conjuntos cerâmicos provenientes de contextos arqueológicos. Proponho que os utensílios cerâmicos usados por diferentes grupos nesse período estavam, frequentemente, envolvidos com a criação de fortes assimetrias sociais vinculadas a cor, gênero, *status* social, *background* cultural e ocupação. Nessa discussão, será dada ênfase no aparato cerâmico ligado ao processamento da mandioca e sua relação com a posição ocupada pelos indígenas no universo colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia histórica, Cerâmica, Mandioca

ABSTRACT

This article examines the creation of social divisions during the colonial period in Brazil through the examination of pottery assemblages from archaeological contexts. I suggest that artifacts used by different groups during the colonial period were frequently involved in the creation of social asymmetries based on criteria such as skin color, gender, social status, cultural background and occupation. In this discussion, I focus on the apparatus used for the processing of manioc and its relationship with the position occupied by indigenous groups in the colonial world.

KEYWORDS: Historical archaeology, Pottery, Manioc



INTRODUÇÃO

A investigação dos modos pelos quais se processaram os encontros coloniais no Brasil tem sido, historicamente, um dos temas mais recorrentes e relevantes das Ciências Sociais no país. Ainda que os efeitos desses encontros venham sendo discutidos desde os séculos XIX (e.g. MARTIUS, 1991), foi no século XX que ele ganhou maior visibilidade, sobretudo em função dos estudos seminais desenvolvidos por Gilberto Freyre na sociologia e Sérgio Buarque de Hollanda na historiografia. Ainda que a contribuição desses dois pesquisadores tenham tido uma importância central nas discussões sobre a formação social brasileira, reposicionando a importância do índio e do negro, foram responsáveis também por criar algumas falsas noções, amplamente perpetuadas no senso comum e nos estudos realizados por muitos pesquisadores. Noções como a de que os portugueses tinham reduzida capacidade de organização social, eram desprovidos de “orgulho de raça”, tinham uma “frouxidão da estrutura social” e exíguo sentimento de distância em relação à massa trabalhadora (FREYRE, 1943: 78; HOLLANDA, 1956: 16-30,51,55) criaram a falsa impressão de que as relações passadas entre brancos, negros e índios no mundo colonial eram harmônicas, o que terminou por obscurecer, por muito tempo, a compreensão da verdadeira natureza dos encontros coloniais passados no Brasil. Na arqueologia, inclusive, noções dessa ordem chegaram a influenciar, decisivamente, a forma como muitos dos artefatos encontrados em sítios históricos vêm sendo interpretados. Um exemplo disso vem da noção de “Cerâmica neobrasileira”, um conceito usado para definir as cerâmicas encontradas em sítios históricos e que assume *a priori* o caráter “miscigenado” desses artefatos, ignorando a possibilidade deles terem estado, na verdade, envolvidos com as lutas sociais entre brancos, negros e índios, expressando, ao contrário do que sugere implicitamente o termo, as diferenças sociais e culturais dos seus produtores e usuários (SOUZA, 2008).

A visão tradicional acerca da sociedade brasileira começaria a ser revista a partir da década de 1950, quando diversos autores passaram a questionar a “amenidade” das relações estabelecidas no Brasil por seus diferentes agentes (e.g. AZEVEDO, 1955; BASTIDE e FERNANDES, 1959; CARDOSO, 1962; WAGLEY, 1963: 132-147). Essa nova geração de cientistas sociais recolocou a questão das desigualdades sociais e raciais no Brasil, apontando a organização fortemente hierárquica da sociedade colonial brasileira e o papel da cor como elemento segregador. No entanto, falharam, muitas das vezes,



ao ver os grupos subjugados como vítimas passivas de um sistema opressor. Esse foi o caso de Fernando Henrique Cardoso (1962: 159, 242, 281), que identificou a questão da cor como um componente organizatório da sociedade brasileira mas viu os escravos como vítimas incapazes de reagir frente ao autoritarismo e violência aos quais eram submetidos.

Embora essa onda revisionista tenha sido abafada pelo período de ditadura militar, ganhou novo fôlego com a abertura política, período no qual as desigualdades sociais existentes no período colonial foram afirmadas ainda com maior ênfase (ANDREWS, 1996: 492-493). Nesse período, a historiografia ofereceu uma importante contribuição, desenvolvendo estudos que reconheciam o papel ativo dos grupos subjugados no estabelecimento das relações senhor – escravo e a heterogeneidade das diferentes comunidades escravas que aqui viveram (ver, por exemplo, o trabalho seminal de SILVA, 1989). Ainda que abordagens nessa linha ainda tenham uma representação muito acanhada na arqueologia brasileira (SYMANSKI e SOUZA, 2007: 215), tem a capacidade de oferecer uma avenida singular de análise. Na medida em que o registro arqueológico permite acesso direto a itens materiais usados e, algumas vezes, produzidos pelos segmentos sociais que compuseram a sociedade colonial, oferece uma oportunidade única para a identificação dos nexos e esquemas organizatórios da sociedade colonial.

A discussão que se segue procura valer-se do campo de possibilidades aberto pela arqueologia para discussões dessa ordem. Minha análise baseia-se em conjuntos cerâmicos utilizados por diferentes segmentos sociais e em diferentes espaços, incluindo o interior das residências e pontos específicos das unidades rurais. A partir desses dados, procuro compreender aspectos ainda pouco explorados na disciplina e ligados às formas pelas quais brancos, índios e negros se organizaram socialmente e criaram mecanismos de diferenciação. Começo a discussão examinando alguns dados já publicados e que indicam a existência de assimetrias sociais bem marcadas no âmbito doméstico. Para isso, tomo como ponto de partida os conjuntos cerâmicos exumados do Arraial de Ouro Fino, um sítio histórico localizado no centro-oeste brasileiro.

ASSIMETRIAS SOCIAIS NO ESPAÇO DOMÉSTICO: AS CERÂMICAS DE PREPARO, SERVIÇO E CONSUMO DE ALIMENTOS

O arraial de Ouro Fino foi um dos primeiros arraiais criados em Goiás, por volta de 1725. Surgido no contexto da mineração do ouro, foi criado logo após a descoberta das primeiras jazidas da região. Esse arraial existiu até princípios do século XX, quando foi



abandonado. Jamais constituiu-se em um assentamento de grandes proporções, mesmo no século XVIII, quando a exploração do ouro atraiu grandes levadas de imigrantes para a região. Cerca de uma década após o fim da mineração na localidade e a despeito da fase de retração econômica causada pelo encerramento da exploração aurífera, contava ainda com 60 casas (MATTOS, 1979: 31). Não obstante as pequenas dimensões desse arraial durante o século XVIII, ele é um exemplo significativo do período de mineração no sertão brasileiro e das relações que aí se estabeleceram. Em virtude do surto causado pela mineração, delineou-se em Goiás um espaço heterogêneo que era compartilhado por gente de todo sexo, de todo lugar e de toda cor. Esse sítio serve, portanto, como um ponto de observação privilegiado para entendimento de alguns dos encontros passados no período colonial.

O Arraial de Ouro Fino foi objeto de investigação de uma pesquisa por mim conduzida e dedicada à compreensão de como se estruturaram as relações sociais no contexto minerador do século XVIII (SOUZA, 2000). Nesse sítio, foram escavadas três áreas de deposição de refugio referentes ao período no qual a mineração foi praticada na região (c.1725-1810), incluindo um percentual significativo de cerâmica utilitária de produção local ou regional, que compusera mais de 60% da amostra exumada. A predominância dessa categoria material pode ser explicada pela posição geográfica de Ouro Fino, que situava-se a mais de 1.500 quilômetros do porto mais próximo e onde os poucos itens europeus que chegavam eram vendidos a altos preços. Como consequência, seus habitantes tenderam a substituir as faianças e vidros de produção europeia pelas peças em cerâmica, que eram mais baratas e produzidas em nível local ou regional (SOUZA, 2000: 63-64).

O exame desse aparato material cerâmico revelou que esses artefatos serviram como uma ferramenta capaz de delinear diferentes esferas de ação que envolviam, essencialmente, homens livres e mulheres escravas. A separação dessas esferas foi feita por meio de artefatos usados em dois conjuntos de atividades ligadas ao sistema de alimentos e que apresentavam um contraste visual bastante nítido: de um lado, estavam aqueles envolvidos com o preparo de alimentos e representados por panelas; de outro, estavam aqueles envolvidos com o serviço e consumo de alimentos, representados por malgas, xícaras e tigelas. Os utensílios ligados ao preparo de alimentos – identificados principalmente por meio da presença de fuligem em sua superfície externa – apresentavam uma superfície escura e eram predominantemente decorados com decoração incisa, compondo motivos



quase sempre retilíneos tais como ziguezagues e losangos. Por outro lado, os utensílios ligados ao serviço e consumo de alimentos apresentavam uma superfície de cor branca e eram quase sempre decorados com pintura vermelha, compondo motivos quase sempre curvilíneos, tais como florais e padrões de semicírculos concêntricos (Figura 1).

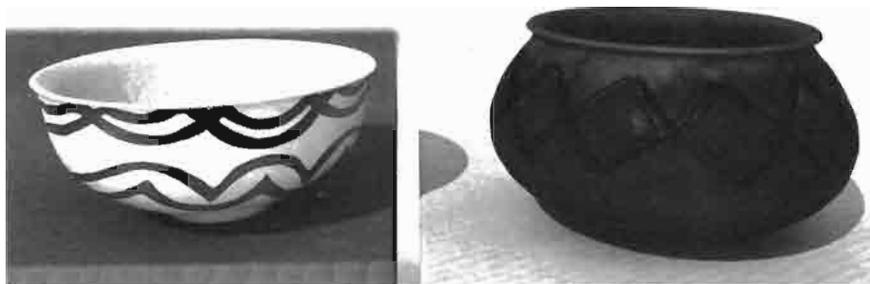


Figura 1: Renderização artística de dois recipientes provenientes de Ouro Fino e cujas formas puderam ser reconstituídas. À esquerda: Tigela usada no serviço ou consumo de alimentos; à direita, panela usada no preparo de alimentos (Arte: Marcos A. T. De Souza).

Com o intuito de verificar se as diferenças entre esses dois conjuntos de artefatos estendiam-se a outros atributos, realizei um teste de componente principal¹ envolvendo 24 recipientes que puderam ser reconstituídos quanto à sua forma. Nesse teste, foram selecionados 15 atributos ligados à tecnologia, forma e decoração das peças, e 36 variáveis. A análise combinada dessas variáveis indicou um conjunto coerente de utensílios cerâmicos que podem ser agrupados de acordo com sua função. Conforme pode ser notado no gráfico resultante desse teste (Figura 2), o fator 1 separou as peças ligadas ao preparo de alimentos (à direita) das ligadas ao serviço e consumo de alimentos (à esquerda). Por outro lado, o fator 2 separou dois tipos de peças ligadas ao serviço e consumo de alimentos: as xícaras e malgas (abaixo), e as tigelas (acima). Nessa separação, é interessante notar que entre as variáveis determinantes para o agrupamento associados ao Fator 1 estava o tipo de queima do recipiente, um atributo importante ligado à tecnologia empregada na sua produção. Nos agrupamentos da direita (associados às panelas), foi verificado um núcleo predominantemente escuro e homogêneo, sugerindo um tipo de queima redutora (SHEPARD, 1956: 106), o que é uma característica importante na medida em que ele dá à peça uma maior resistência a tensões térmicas (RICE, 1987: 228). Já nos agrupamentos



à direita (associados às peças usadas no serviço e consumo de alimentos), foi identificado um núcleo predominantemente claro, sugerindo um tipo de queima oxidante (SHEPARD, 1956: 106).

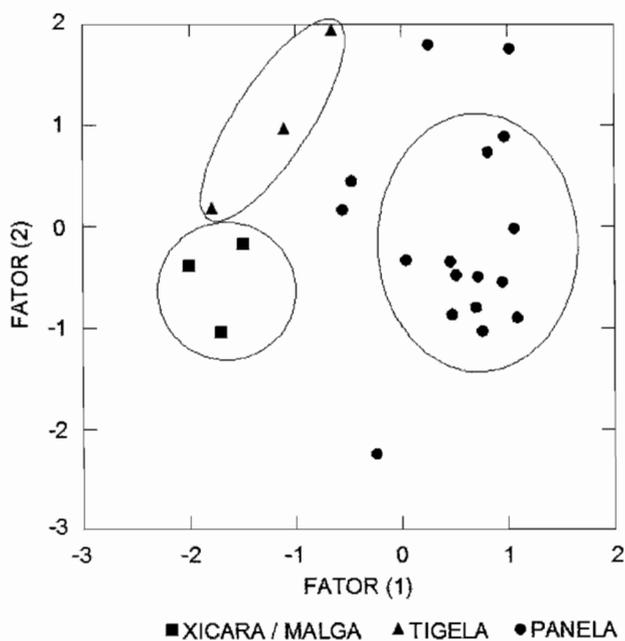


Figura 2: Teste de componente principal de 24 recipientes cerâmicos provenientes de Ouro Fino (modificado de SOUZA, 2000: 48).

Na interpretação desses dados, me baseei em alguns pressupostos derivados no estruturalismo (LEVI-STRAUSS, 1963), uma abordagem que foi empregada com sucesso no exame de casos similares (YENTSCH, 1991). Parti de uma preocupação central nessa abordagem – e que orienta também as demais discussões encaminhadas neste artigo – que considera as redes tecidas pelas partes, ao invés dos elementos que as constituem. Nesse sentido, minha premissa foi de que categorias específicas de artefatos existem em relação às demais, como categorias contrastivas. Um segundo pressuposto tomado de empréstimo dessa abordagem vem da percepção de que a materialidade da vida cotidiana relaciona-se a “estruturas profundas”, nas quais estamos imersos. Assumi também que a cultura material tem a habilidade de reificar essas estruturas, ganhando, assim, uma função mediadora das relações sociais. Um último pressuposto assumido em minha análise foi a de que oposições binárias podem ser usadas (ainda que não de forma universal) como um mecanismo organizador do mundo ou das redes sociais.



Tendo em mente esses pressupostos, argumentei na minha análise que os artefatos usados em Ouro Fino associavam-se a uma série de oposições binárias capazes de delinear e reforçar diferentes esferas de ação existentes no interior dos domicílios. Levei em conta o fato que as panelas, malgas e tigelas relacionavam-se a diferentes setores funcionais de uma residência e que incluíam as áreas de preparação de alimentos e as de consumo de alimentos ou, em outros termos, as áreas de serviço e as áreas de sociabilidade da residência. Um aspecto complementar nessa discussão envolve o fato que, seguindo uma tendência do Mundo Moderno durante os séculos XVIII e XIX, essas diferentes esferas estavam sendo, cada vez mais, relacionadas, respectivamente, como espaços masculinos e femininos (LEHMANN 1994: 32-50; SCHAMMAS, 1980; WALL, 1994: 9-11; para o caso brasileiro ver DEL PRIORI, 1997: 284-290). No contexto minerador de Goiás, pode-se assumir ainda que os espaços femininos eram majoritariamente associados a mulheres escravas, já que eram elas as responsáveis pelo trabalho doméstico e, em especial, àquele realizado no interior das cozinhas. Conforme assinalou Cascudo (1967b: 474), o trabalho das escravas na cozinha “era a mais comum, natural e própria das ocupações”. Integrando um conjunto coerente de situações, foram criados, assim, contrastes associados a diferentes espaços domésticos, agentes sociais e utensílios, que podem ser sumarizadas da seguinte forma:

Queima redutora	Queima oxidante
Superfície escura	Superfície clara
Decoração incisa (subtrativa)	Decoração pintada (aditiva)
Motivos retilíneos (zigzagues, losangos etc)	Motivos curvilíneos (florais, concêntricos etc)
Panelas	Tigelas e malgas
Preparação de alimentos	Serviço e consumo de alimentos
Área de serviço	Área de sociabilidade
Mulher	Homem
Escrava	Livre

Considerando esses conjuntos de oposições, argumentei que os artefatos cerâmicos usados no contexto minerador em Goiás durante o século XVIII associavam-se à criação de diferenças no ambiente doméstico. Um aspecto relevante nas oposições criadas a partir decoração dos recipientes cerâmicos está no fato que os motivos decorativos produzidos





nesses recipientes apresentavam diferentes influências culturais. Nas peças de serviço e consumo de alimentos, é evidente a intenção de emular as faianças de produção européia e porcelanas de produção oriental. Nesses recipientes, predominavam as decorações florais e com padrões de semicírculos concêntricos, ambos muito freqüentes também nas faianças comuns e porcelanas do período (SOUZA, 2000: 57-58; SOUZA, 2002: 73-83). Nas panelas usadas no preparo de alimentos havia, por outro lado, uma tendência em utilizar certos motivos recorrentes na cerâmica de produção africana, incluindo losangos, ziguezagues e outros padrões geométricos (SOUZA, 2000: 70-72). Na arqueologia brasileira, diferentes autores vêm demonstrando a correlação entre as decorações das panelas usadas por escravos e os referenciais culturais trazidos por grupos africanos (AGOSTINI, 1998; DIAS JR., 1988; JACOBUS, 1997; SOUZA e AGOSTINI, no prelo; SOUZA e SYMANSKI, 2009; SYMANSKI, 2006: 195-252, 2007; SYMANSKI e SOUZA, 2007; para uma discussão sobre o uso desses recipientes em contextos quilombolas ver ALLEN, 1998). O caso de Ouro Fino não fugiu a essa tendência. As decorações verificadas nas diferentes categorias funcionais da cerâmica de Ouro Fino acrescentam, assim, uma nova dimensão a esses recipientes, indicando que, na separação de diferentes esferas domésticas, estavam sendo usadas como referências não só diferenças de gênero e *status* social, mas também diferenças culturais.

Interessante notar que o comportamento material observado em Ouro Fino não esteve limitado apenas a esse sítio, tendo sido encontrado também em outros contextos goianos, incluindo sítios rurais de Santa Cruz, sul de Goiás (CARVALHO, 2000) e em contextos urbanos da cidade de Goiás, a antiga sede da capitania (TEDESCO e CARVALHO, 2004; WÜST, 2006). Observa-se, assim, a existência de um padrão regional, além das fronteiras urbanas do arraial de Ouro Fino.

Em uma pesquisa conduzida em cinco sítios rurais datados entre o último quarto do século XVIII e primeiras décadas do século XX na região de Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, uma relação similar à identificada em Ouro Fino foi encontrada. Nos depósitos mais antigos dos sítios dessa região foram encontradas peças usadas no preparo e serviço de alimentos com decorações exclusivamente pintadas. Nesse caso, no entanto, havia uma diversidade menor de padrões decorativos, estando presente apenas a pintura vermelha engobada. Esse tipo de recipiente apresentou-se em maior densidade nos depósitos datados do século XVIII e início do século XIX, desaparecendo, progressivamente, naqueles data-

dos do século XIX. Esse comportamento foi explicado pela popularização e barateamento das faianças finas que, no transcorrer do século XIX, tiveram seu uso massificado no Brasil. Em função disso, os recipientes cerâmicos de serviço e consumo que emulavam seus análogos europeus, caíram, gradativamente, em desuso (SOUZA e SYMANSKI, 2009: 542-543; SYMANSKI, 2006: 115-179; SYMANSKI e SOUZA, 2001).

Nos sítios dessa região, foram também identificadas painelas decoradas majoritariamente por incisão e padrões geométricos bastante similares aos de Ouro Fino. Nessa amostra, ficou evidente, no entanto, uma diversidade de padrões bastante superior à de Ouro Fino, sobretudo em depósitos datados de meados do século XIX, incluindo uma ampla variedade de motivos geométricos retilíneos e curvilíneos. Por meio de uma análise diacrônica dessa amostra, foi possível fazer uma associação dos recipientes de preparo de alimentos com mudanças populacionais dos escravos na região em virtude de transformações no padrão atlântico de escravos. Foi possível ainda associar a variedade de padrões decorativos encontrados com a diversidade cultural e étnica dos escravos. Uma conclusão significativa do estudo sobre o material cerâmico proveniente da região da Chapada dos Guimarães foi que a adoção de certas referências culturais trazidas da África não ocorreu de forma direta. Em outras palavras, ficou claro no exame dessa amostra que os escravos selecionaram aspectos específicos existentes no seu acervo de conhecimento e o adaptaram em uma nova situação, criando, assim, novas expressões materiais (SOUZA e SYMANSKI, 2009: 542-543). De modo geral, esse estudo permitiu um avanço significativo na compreensão dos mecanismos pelos quais se deu a transposição de referências culturais africanas para o Brasil e sua aplicação em um setor do universo físico, no caso, os recipientes cerâmicos usados no preparo de alimentos.

Em um trabalho que examina a reprodução de escarificações corporais na decoração de utensílios cerâmicos, SOUZA e AGOSTINI (no prelo) chegaram a conclusões que se aproximam das que foram alcançadas na pesquisa sobre a Chapada dos Guimarães. Baseados na análise de estudos de caso do nordeste, sudeste e centro-oeste brasileiro, esses autores argumentaram que a criação de comunidades diaspóricas no Brasil favoreceu a emergência de novas expressões materiais, desenvolvidas a partir da necessidade dos grupos escravos em forjar uma nova vida em comunidade e criar novos mecanismos de identificação mútua.



Considerando os conjuntos cerâmicos até aqui examinados, é notável que muitos dos recipientes utilitários cerâmicos empregados no Brasil associavam-se à criação de assimetrias baseadas em estratégias sociais concorrentes, tais como *status* social, *background* cultural e gênero. É útil notar também que, a despeito da existência de nuances regionais – tais como as verificadas nas peças de serviço e consumo de alimentos de Ouro Fino e de sítios da Chapada dos Guimarães – era esse um modelo disseminado em diferentes contextos datados do século XVIII no Centro-Oeste brasileiro, tanto no meio urbano quanto no rural. Esses dados sugerem a existência de um quadro mental mais ou menos claro de comportamento material. A seguir será apresentado outro conjunto de artefatos, associados, por sua vez, ao processamento da mandioca, e que, como se verá, se insere no quadro até aqui formado.

ALÉM DO ESPAÇO DOMÉSTICO: O PROCESSAMENTO DA MANDIOCA E SEUS UTENSÍLIOS CERÂMICOS

Os torradores de mandioca provenientes dos sítios históricos

106



No material cerâmico de Ouro Fino, composto por 1.929 fragmentos, chamou a atenção à existência de um fragmento cerâmico, absolutamente atípico. Esse fragmento, encontrado em um depósito referente ao século XVIII, possuía uma espessura acima da média e decoração corrugada², que constitui-se em uma modalidade de decoração cerâmica associada a grupos indígenas e somente verificada nesse fragmento (Figura 3a). Sua presença na amostra examinada foi interpretada inicialmente como um eco distante das trocas culturais ocorridas entre paulistas e indígenas, ainda no século XVII, período no qual as interações entre esses dois grupos foi mais intensa (SOUZA, 2000: 83-89).

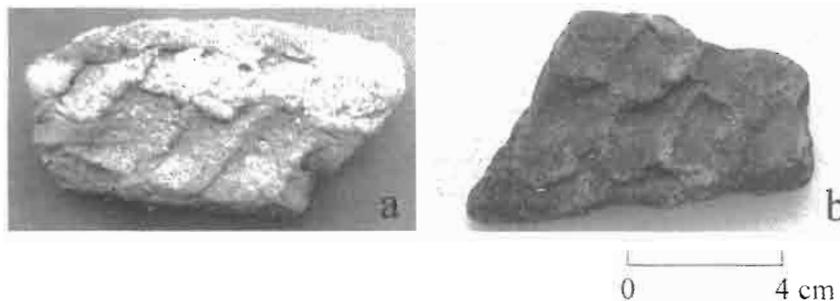


Figura 3: Material cerâmico com decoração corrugada. (a) Fragmento proveniente de Ouro Fino, Goiás, século XVIII; (b) Fragmento proveniente do sítio Taperão, Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, primeira metade do século XIX.

Seria só à partir da análise da amostra proveniente dos sítios da Chapada dos Guimarães que o fragmento encontrado em Ouro Fino seria melhor compreendido. Entre os cinco sítios pesquisados nessa região, foram identificados casos de fragmentos com decoração corrugada em dois deles: sítio Taperão, que foi ocupado entre cerca de 1780 e 1880 e historicamente conhecido como Engenho da Casca; e Tapera do Pingador, um possível quilombo de pequenas dimensões ocupado entre cerca de 1800 e 1900 (SOUZA e SYMANSKI, 2009: 521-523). Nesses dois sítios, foi identificado um total de 26 fragmentos com decoração corrugada (Figura 3b). Ainda que essa amostra continuasse a apresentar-se como muito pequena no conjunto pesquisado (nos cinco sítios da região foi analisado um total de 7.123 fragmentos) e estivesse representada por um número mínimo de apenas três recipientes, foi possível uma caracterização do tipo de peça associado ao corrugado.

Como norma, os corrugados recuperados na pesquisa realizada na Chapada dos Guimarães associam-se a um tipo de forma que é característico dos torradores de mandioca e que são utilizados ainda hoje na região. Morfologicamente, esses torradores apresentaram-se em duas variantes: uma primeira, desprovida de borda, possui a forma discoidal; e uma segunda, possui a forma de meia-calota. Ambas têm em comum o fato de, (1) terem sido confeccionadas pela técnica do acordelamento; (2) apresentarem um diâmetro de abertura (ou circunferência) média de 44.2 centímetros, o que mostrou-se elevado, se comparado aos demais tipos de recipientes; e (3) espessura média do lábio de 1.2 centímetros (em um fragmento corrugado, o lábio atingiu a espessura de 1.6 centímetros), o que também está acima da média das demais formas. Nas formas de meia-calota, os torradores também possuíam algumas características específicas, incluindo: (1) abertura irrestrita; e (2) constituírem-se em recipientes bastante rasos, com um raio largura:altura girando em torno de 6:1.

Do ponto de vista da sua decoração, esses torradores podiam apresentar a decoração corrugada, digitada, ou não apresentar nenhum tipo de decoração plástica. Em relação à manufatura dos recipientes, é digno de menção o fato que, na amostra dos dois sítios, não havia a prevalência de queima redutora, uma característica comum das painéis que, como os torradores, eram produzidas com a finalidade de ser levadas ao fogo. Nesses recipientes, a queima ora apresentava-se redutora, ora oxidante, redutora incompleta. O mesmo foi verificado para a maioria dos fragmentos corrugados que, por constituírem-se em partes do corpo da peça, não puderam ser diretamente associados aos torradores.



Interessante notar ainda que uma parte significativa dos fragmentos com decoração corrugada apresentaram na sua constituição o cariapé B, um tipo de antiplástico vegetal comum nos mais variados tipos de recipientes da amostra examinada e que, à exemplo da decoração corrugada, é de origem indígena. No sítio Taperão, mais de 90% da amostra de torradores possui cariapé B em sua constituição, enquanto na Tapera do Pingador, todos os fragmentos possuem esse tipo de antiplástico em sua constituição.

Considerando as características descritas acima, tornou-se clara a possibilidade do fragmento identificado em Ouro Fino associar-se também aos torradores de mandioca. Assim como nos sítios Taperão e Tapera do Pingador, o fragmento corrugado de Ouro Fino apresentava a parede acentuadamente mais espessa que os demais. A feição do fragmento encontrado nesse sítio o aproxima, assim, dos torradores de mandioca.

Esses torradores, assim como as formas descritas anteriormente, associavam-se, muito possivelmente, a um modelo que extrapolava práticas locais e regionais. Em Goiás, por exemplo, há indicações de que fragmentos com decoração corrugada foram encontrados em sítios rurais de Santa Cruz (Gislaine Tedesco, comunicação pessoal, 1999).

Na região sudeste, torradores de mandioca foram identificados em diferentes contextos. No Rio de Janeiro, foi encontrado um sítio rural do Rio de Janeiro, escavado no âmbito do "Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas 1 e 2 do COMPERJ", coordenada por Maria Dulce Gaspar. Os torradores desse sítio totalizaram um número mínimo de oito recipientes, entre os quais, muitos com decoração corrugada (Camilla Agostini, comunicação pessoal, 2010). Torradores similares foram encontrados no material proveniente do Sítio São Francisco, uma unidade rural do século XIX localizada no litoral norte de São Paulo que vem sendo pesquisada por Wagner Gomes Bernal e, mais recentemente, por Camilla Agostini. Entre os torradores desse sítio, que totalizam um número mínimo de 24 recipientes, prevalece também a decoração corrugada, queima oxidante e espessura do lábio elevada (média de 2,6 centímetros e máxima de 3,2 centímetros), o que indica, possivelmente, a presença nesse sítio de recipientes de dimensões ainda maiores dos que os verificados na Chapada dos Guimarães (Camilla Agostini, comunicação pessoal, 2010). No planalto paulista, fragmentos corrugados foram encontrados em sítios rurais e em contextos mais antigos, datados dos séculos XVII e XVIII (ZANETTINI, 2005: 337-339), o que sugere uma maior antiguidade para a presença desse tipo de decoração em contextos brasileiros.



Em pesquisas recentes realizadas por SYMANSKI e GOMES (em preparação) em uma unidade doméstica urbana datada dos séculos XVIII e XIX em Santarém, região norte, foi identificado também um torrador de farinha. Esse recipiente foi manufaturado por meio do acordelamento, possuindo uma decoração entalhada junto à borda. Essa peça foi a única, em toda a amostra proveniente desse sítio, que apresentou antiplástico de cauixi. Esse tipo de antiplástico não é comumente encontrado em sítios históricos. Conforme assinalaram os pesquisadores, ele era predominante nas indústrias cerâmicas pré-coloniais da região de Santarém. Por essa razão, associaram esse traço a uma memória ancestral indígena.

Mandioca, a Rainha do Brasil

A ampla dispersão espacial e temporal de torradores de mandioca em sítios históricos datados entre os séculos XVII e XIX relaciona-se à relevância que a farinha de mandioca teve desde os primórdios da colonização brasileira. Ao comentar sua importância na dieta alimentar dos primeiros colonos chegados ao Brasil, os cronistas do século XVI eram unânimes: descreviam-na, invariavelmente, como o principal mantimento, ordinariamente usado por europeus em lugar da farinha de trigo e do pão (ANCHIETA, 1993: 43,427; CARDIM, 1997: 111-113; GANDAVO, 1969: 166; NÓBREGA, 1955: 60; SOARES, 1966: 16-17; SOUSA, 1945a: 316). Ao falar da sua assimilação por portugueses, alguns assinalavam ainda suas virtudes, destacando ora suas propriedades digestivas, ora seu sabor e substância (SOARES, 1966: 88-89; SOUSA 1945: 316). Considerando a importância da farinha de mandioca na dieta alimentar do Brasil desde seus primeiros tempos, fez-lhe justiça Cascudo (1967a: 93), que a batizou como “a Rainha do Brasil”.

A produção da farinha de mandioca foi descrita pelos primeiros cronistas como uma técnica essencialmente indígena, a começar por aqueles que viveram durante algum tempo em suas aldeias (LERY, 1990: 69-70; STADEN, 1988: 163-165). Seu fabrico é descrito de forma bastante semelhante por diferentes cronistas, indicando uma forma comum de prepará-la. Esse processo iniciava-se com a raspagem da mandioca para a remoção da casca. Seguia-se o processo de ralar as raízes que, segundo Gabriel Soares de Sousa (1945: 319), era feito com o auxílio de uma pedra ou ralo. O produto obtido era então espremido em um cesto cilíndrico feito de palha e descrito como “hûs saquites de cana” (SOARES, 1966: 88), “um engenho de palha” (SOUSA, 1945a: 319) ou simplesmente como “tipiti” (STADEN, 1988: 163-164), seguindo, nesse caso, a denominação utilizada



pelos índios Tupi-Guarani e, futuramente, consagrada pelo uso popular. Nesse processo, reduzia-se a quantidade líquida contida na mandioca, obtendo-se uma massa pronta para torração. Na etapa final do processo, despejava-se a massa, pouco a pouco, em um recipiente cerâmico assentado sobre uma fornalha, sendo ela constantemente remexida “com um meio cabaço” (SOUSA, 1945a: 319), até atingir o ponto no qual ficava torrada e sem umidade (ANCHIETA, 1993: 43. SOUSA, 1945a: 319). Ao descrever o processo de produção de farinha entre comunidades indígenas da Amazônia já no início do século XX, Ermanno Stradelli (CASCUDO, 1967: 89-90) acrescentou um detalhe importante acerca dos seus estágios finais de produção. Segundo ele, era necessária certa perícia para que se pudesse obter uma torração igual e adequada da farinha. Segundo ele, “nisso está a habilidade da forneira, que deve saber moderar o fogo para impedir que a fornada queime, e conservando-lo bastante ativo para, secando ligeiro, evitar os grumos e conseguir uma farinha fina, dura e convenientemente torrada para durar muito tempo”.

Além da farinha propriamente dita, a mandioca era aproveitada, principalmente entre comunidades indígenas, por meio de criativos modos de preparo e que permitiam seu consumo nas formas sólida, pastosa e líquida (BROCHADO, 1977: 30-41). No contexto colonial do século XVI, era comum o bolo de carimã, produzido por meio de um processo que envolvia seu repouso em água por vários dias, defumação, secagem e prensagem. Quando piloadas, dava origem à farinha de carimã. Da sua combinação com a farinha de mandioca, produzia-se ainda a “farinha de guerra”, bastante popular e reconhecida por indígenas e portugueses pela sua capacidade de conservar-se por longos períodos. Ordinariamente, consumia-se os diferentes tipos de farinha no caldo de peixe ou carne – reputados como muito saborosos – ou misturados à farinha de milho ou arroz, dos quais se obtinha um tipo de pão. Dela utilizavam-se ainda os portugueses para a preparação de uma grande variedade de bolos e doces (CARDIM, 1997: 111-113; SOUSA, 1945a: 322-327).

O processo produtivo da farinha de mandioca era assinalado pelos primeiros cronistas como realizado por mulheres índias. Há informação de que cuidavam os homens apenas da limpeza dos campos. Nas demais atividades, os cronistas referiam-se, repetidamente, às mulheres, que seriam as responsáveis pelas roças, transporte das raízes, seu processamento e preparo (GANDAVO, 1969: 16; LERY, 1990: 69; SOARES, 1966: 101; SOUZA, 1945a: 319, 322; STADEN, 1988: 69-70). Eram elas também as responsáveis pela preparação dos recipientes nos quais a farinha era torrada. Segundo o relato de Gabriel Soares



de Sousa (1945b: 260-261), acreditavam elas que se os recipientes fossem preparados por outras que não as responsáveis pelo seu uso, arrebentariam quando levadas ao fogo.

A forma dos torradores utilizados pelas mulheres índias é descrito com poucos detalhes pelos cronistas. Quando muito, faziam uma breve menção ao seu tamanho para os padrões de um europeu. Essa foi a impressão de Soares (1966: 88), que referiu-se a eles como “alguidares grandes”. No texto de Anchieta (1933: 43), constam como “uns vasos grandes, feitos de barro”. De toda forma, esse dado é relevante, na medida em que aproxima esses recipientes àqueles encontrados em sítios históricos, cujas dimensões eram maiores que os demais recipientes encontrados.

Uma descrição mais completa desses recipientes foi feita por Stradelli (CASCUDO, 1967: 89-90). Segundo ele, o torrador de mandioca – denominado em Tupí-Guarani como *iapuna* – é uma “vasilha de barro de forma redonda, que varia de um a dois palmos até mais de um metro de diâmetro, com um rebordo que, de acordo a largura, também varia de três a sete ou oito dedos, sem testos”, o que também aproxima essas formas àquelas encontradas nos sítios históricos. Seu relato é igualmente elucidativo no que se refere ao fabrico das fomalhas e torradores.

“Os fornos grandes, para que não quebrem, são preparados e cozidos no mesmo lugar onde devem servir. Começam preparando a fomalha da altura que chegue ao ventre da forneira (...) e em forma de cone, com uma abertura, por onde deve sair a fumaça. Pronta a fomalha, a cobrem com um estrado de varas, sobre qual espalmam um pouco de terra para obter superfície igual. Feito isso, a forneira começa a construir o forno central [torrador], desenvolvendo em espiral e aplicando sobre o estrado umas tiras de terra adrede escolhida e preparada por longa manipulação e a mistura de cariapé conveniente, obtendo a adesão necessária pela pressão dos dedos e água; e vai assim continuando até chegar a toda a largura da fomalha, fazendo chegada aí a borda do forno. Feito isso, toda a superfície do forno é alisada e tornada homogênea, e deixado alguns dias para secar, é queimada e pronta para servir” (*ibid.*).

Nessa descrição, bastante esclarecedora, ficam claros alguns elementos importantes e diretamente associados aos recipientes análogos encontrados em sítios históricos. Nota-se



a formação dos torradores pela técnica do acodelado, adição do cariapé – cuja tradição foi continuada em regiões onde esse antiplástico era popular – e uso da “pressão dos dedos”, um gesto necessário quando tenciona-se a produção da decoração corrugada. Nesse caso, é interessante que o autor nota o alisamento posterior da peça, que pode ser responsável por apagar, ainda que parcialmente, o aspecto corrugado do recipiente. É útil ainda notar que o recipiente era queimado no seu próprio local de uso e cujas condições dificilmente permitiriam uma queima do tipo redutora³. Nesse sentido, aproximam-se também dos recipientes encontrados nos sítios históricos que, ao contrário das panelas, levadas ordinariamente ao fogo pelas mulheres escravas, tinha queima predominantemente oxidante.

Essa e outras técnicas indígenas empregadas no preparo da mandioca e produção do aparato material associado a essa atividade seriam, aos poucos, adequadas às tecnologias e materiais trazidos por portugueses e disponíveis no universo colonial. Já em meados do século XVI, o padre Manuel da Nóbrega (1955: 288) reclamava da falta de estanho lavrado, tachos, caldeirões e alguidares de cobre para fazer farinha. Com o passar do tempo, é certo que esses itens seriam introduzidos no Brasil, ainda que de forma parcial, ditados ora pela sua disponibilidade no mercado, ora pela capacidade de compra daqueles interessados em utilizá-los. Da introdução desses itens, deu conta Loureiro Fernandes (1964) em um estudo etnográfico sobre o uso de técnicas e utensílios portugueses no fabrico da farinha de mandioca no Paraná. Entre os vários elementos levantados e identificados por ele como heranças arcaicas da tecnologia portuguesa, destacou o emprego das “frigideiras” de metal ou cobre com cerca de um metro de diâmetro, sem cabo e fixas à fornalha para secar a farinha. O uso desses itens seria ainda observado por Stradelli (CASCUDO, 1967: 89-90), que assinalou a substituição dos torradores de barro pelos de ferro ou cobre em alguns lugares da Amazônia. Segundo seu relato, no entanto, preferia-se os recipientes cerâmicos, já que os de cobre davam à torração um maior calor e à menor desatenção podia-se queimar a fornada. Além disso, argumentava-se que esses recipientes não proporcionavam o mesmo sabor que aqueles feitos de barro. Outra substituição ocorrida seria a do tipiti pelas prensas que, segundo Fernandes (1964: 17-24), assemelhavam-se aos modelos portugueses usados no preparo do azeite e vinho. Introduziram-se ainda as rodas d’água, às quais eram presos raladores metálicos destinados a ralar a mandioca e capazes de tornar essa etapa da produção menos laboriosa e mais produtiva (SAINT-HILAIRE, 1975: 99). Esse novo aparato material é passível de identificação nas inúmeras



ilustrações de cronistas que visitaram o Brasil em diferentes períodos, que registraram não só sua presença em diferentes unidades rurais, mas também sua aplicação por meio do trabalho de homens e mulheres escravas nos chamados “engenhos de farinha” (Figura 4; ver também SOARES, 2009: 66,73).



Figura 4: Ilustração de um engenho de farinha da primeira metade do século XIX. Vê-se o uso da prensa, roda d'água, fornalha e um tacho ou torrador. Nota-se ainda o envolvimento de homens e mulheres escravas no seu processamento (KIDDER, 1845: 242).

Além da introdução de novas tecnologias no processamento da mandioca e da substituição das mulheres índias por homens e mulheres escravas na sua produção, a mandioca passou a ter também, com o tempo, seu *status* de base alimentar dividido com outros itens. Já no século XIX, competia com o milho e o arroz que, gradativamente, ganhavam lugar no prato dos senhores e escravos (e.g. DEBRET, 1949: 178; GARDNER, 1942: 389). Não obstante, a mandioca continuou a constar como um dos principais gêneros, dela servindo-se tanto senhores como escravos (e.g. ANTONIL, 1982). Ainda que dividindo lugar com outros gêneros essenciais, firmou-se como um dos mais importantes itens consumidos no Brasil.

A conexão Tupiguarani

Os dados acerca da cerâmica encontrada em sítios históricos e a trajetória do seu consumo no Brasil adquirem melhor sentido se consideradas as características dos grupos indígenas que travaram contato com os colonizadores desde os primeiros séculos de ocupação.





Levando-se em conta os dados provenientes das pesquisas realizadas por pré-historiadores, torna-se clara a conexão dos torradores de mandioca acima descritos com a denominada tradição Tupiguarani. Forjada na década de 1960, ela foi definida como “uma tradição cultural caracterizada principalmente por cerâmica policrômica (vermelho e ou preto sobre engôbo branco e ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedras polida e, pelo uso de tembetás” (CHMYZ, 1976: 146). À época que antecedeu o contato, essa tradição distribuía-se por uma ampla faixa territorial. Foi nesse período que ela atingiu seu período de maior expansão, associando-se a aldeias de maior densidade demográfica (LIMA, no prelo) e que encontravam-se distribuídas por boa parte do litoral brasileiro, estendendo-se do sul ao nordeste do País (ALBUQUERQUE, 2008; RIBEIRO, 2008) e inúmeras faixas interioranas (e.g. DIAS JR. e PANACHUCK, 2008: 101-112; KASHIMOTO e MARTINS, 2008). Embora exista um bom nível de incerteza acerca da relação dessa tradição arqueológica com grupos étnicos específicos durante a pré-história, pode-se considerar com um grau maior de segurança que ela relaciona-se, nos séculos XVI e XVII, com o grupo etno-linguístico Tupi-Guarani que, à época do descobrimento, ocupava o litoral brasileiro (ALBUQUERQUE, 1982, 2008; LIMA, no prelo). Foi com esses grupos que os primeiros cronistas travaram contato e de quem os colonizadores tomaram de empréstimo a prática de consumir a mandioca, bem como a tecnologia ligada ao seu preparo.

Entre os autores que têm se dedicado a estudar os recipientes cerâmicos usados no processamento da mandioca por comunidades pré-históricas, BROCHADO (1977) foi um dos que mais avançaram. Por meio da analogia etnográfica, verificou que os assadores e pratos (que podem ser também definidos como alguidares rasos) presentes em sítios pré-históricos eram utensílios diretamente ligados ao consumo de alimentos derivados da mandioca, mais precisamente, o beiju e a farinha de mandioca (BROCHADO, 1977: 71-79; ver também LATHRAP, 1970)

No que se refere à decoração corrugada, é útil notar que essa é uma das variáveis definidoras da tradição Tupiguarani, aparecendo tanto em sítios de ocupação mais antiga, quanto de ocupação mais recente, ainda que sua densidade possa variar de região para região⁴. Brochado (citado em NOELLI, 2008: 38) verificou que essa decoração relacionava-se, predominantemente, aos recipientes levados ao fogo, tais como as panelas, caçarolas e torradores, ainda que pudessem também ser empregados em outros tipos de

recipientes (e.g. DIAS JR. e PANACHUK, 2008: 102; NOELLI, 2008: 38), incluindo, até mesmo, as urnas funerárias (e.g. KASHIMOTO e MARTINS, 2008: 157).

Em relação à associação do corrugado com os recipientes levados ao fogo, é útil considerar que esse tipo de superfície possuía uma dimensão funcional, uma vez que contribuía para aumentar a resistência do recipiente a choques térmicos (YOUNG e STONE, 1990: 202). Esse atributo, aliás, era de bastante utilidade, já que as queimas oxidante e redutora incompleta, comuns tanto nos torradores associados a contextos pré-históricos quanto históricos, não ofereciam a mesma resistência térmica que a promovida pelo tipo de queima redutora. Esse atributo funcional da decoração corrugada, assim, poderia funcionar como um mecanismo de compensação para aumentar a resistência do recipiente.

Alguns autores acreditam que superfícies texturizadas proporcionam também um aumento da superfície de contato com o fogo e, com isso, um aumento da capacidade do recipiente em absorver calor (e.g. Herron citado em RICE, 1987: 232). Baseados nessa conjectura, alguns pesquisadores dedicados ao estudo da tradição Tupiguarani têm, inclusive, interpretado a decoração corrugada como possuindo um atributo funcional importante (FARIAS, no prelo; SCHMITZ, no prelo). Essa questão, no entanto, não está inteiramente resolvida, já que experimentos conduzidos com recipientes corrugados indicaram que esse tipo de superfície não contribui para o aumento da absorção de calor. Foi verificado, ao contrário, que são os recipientes com superfície lisa que promovem uma melhor absorção (YOUNG e STONE, 1990). Um questionamento que se faz necessário nessa discussão é se a torração da mandioca exigia calor intenso. Um dado interessante a esse respeito vêm do relato de FERNANDES BRANDÃO (1930: 178), de 1618. Segundo esse autor, ela era feita, nesse período, em recipientes cerâmicos aquecidos sob fogo brando. O excesso de calor foi assinalado por Stradelli (CASCUDO, 1967: 89-90) também como uma das razões pelas quais os índios da Amazônia rejeitavam os torradores de ferro ou cobre, cuja capacidade de absorver calor é, indiscutivelmente, bastante superior à da cerâmica. Levando em conta esses dados, é razoável considerar que, ao contrário do que vêm sugerindo alguns autores, o corrugado fosse apreciado por sua capacidade de dissipar o calor.

A despeito dessa controvérsia, é útil a argumentação de autores como FARIAS (no prelo) e SCHMITZ (no prelo), que chamam a atenção para as qualidades funcionais do corrugado. Essas qualidades, muito possivelmente, foram notadas pelos indígenas na sua



tradição milenar de lida com a mandioca, no que dissesse respeito quer à maior resistência desse tipo de superfície a choques térmicos, quer à sua capacidade diferenciada de interagir com o calor.

De modo geral, as características comuns entre os torradores encontrados em sítios históricos brasileiros com a tradição Tupiguarani sugere que, no período colonial, houve uma transferência de alguns dos hábitos de consumo indígenas e a tecnologia a ela associadas para os colonizadores. As evidências documentais do século XVI sugerem que essa transferência deu-se nos primeiros momentos da colonização, quando os portugueses ocupavam apenas uma faixa territorial composta pela orla litorânea e o planalto paulista, regiões ocupadas por índios Tupi-Guarani, os herdeiros da tradição Tupiguarani. Até, pelo menos, o segundo quarto do século XVI, a presença indígena nas cidades e fazendas brasileiras era maciça e excedia, em muito, a população negra e branca (CARDIM, 1997: 217; Gandavo citado em SCWARTZ, 1988: 46). Esse período correspondeu ao apogeu do período de escravidão indígena (SCHWARTZ, 1988: 46) e no qual índios e colonizadores ainda possuíam relações amistosas. Conforme deram conta diferentes cronistas, essa situação mudaria em direção ao fim do século XVI, quando a inconformidade com a escravidão, doenças e sucessivos confrontos terminariam por afastar as populações indígenas do convívio com o colonizador (ANCHIETA, 1933: 356; GANDAVO, 1969: 10). Após esse período, passaram a chegar, cada vez em maior número, escravos africanos, que viriam a se constituir, nos séculos seguintes, no segmento populacional dominante em boa parte do Brasil (SCHWARTZ, 1988: 68).



“SEGREDOS INTERNOS”: CERÂMICAS E DIVISÕES SOCIAIS NO BRASIL

Em *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, Schwartz (1988) ofereceu uma contribuição importante para a compreensão dos nexos que orientavam a organização da sociedade colonial no Brasil. Baseou-se, na sua análise, na noção de “segredo íntimo”, conforme postulada por Karl Marx, que considera os aspectos sociais de produção como elementos fundamentais da sociedade e de sua organização política. Nesse estudo, Schwartz desvendou as relações que se forjaram nos engenhos brasileiros e que terminariam por dar origem a um quadro de hierarquias sociais bastante acentuadas. Ao discutir a construção dessas hierarquias, Schwartz (1988: 70-71) fez uma observação bastante perspicaz acerca de uma ilustração de Pernambuco em 1624 e que mostra-se bastante útil para a

presente análise (Figura 5). Essa ilustração, em sua versão original, retrata a oposição entre a cidade (à esquerda) e o campo (à direita). Na parte à esquerda, chamou a atenção para a divisão de trabalho entre negros (à frente, representados por indivíduos de pele escura) e índios (ao fundo, representados por indivíduos de cor de pele mais clara). Ele assinalou que, nessa ilustração, o trabalho indígena aparece associado à lida com a mandioca, podendo-se notar o cultivo, lavagem, transporte e processamento desse gênero, incluindo, nesse último caso, o trabalho de ralar, prensar (já por meio de uma prensa mecânica) e torrar a farinha. Na ilustração são visíveis ainda o uso da fomalha e do torrador que, segundo a análise de ALBUQUERQUE (2008: 73), assemelha-se àqueles associados à tradição Tupiguarani⁵. O trabalho dos negros, por sua vez, associam-se a diferentes estágios do processamento da cana-de-açúcar que, na ocasião, já estabelecera-se como a principal vocação econômica regional. Ao assinalar essa divisão de trabalho, SCHWARTZ (1988: 63-73) argumentou que, nos primeiros engenhos fundados no Brasil, estabeleceram-se divisões sociais baseadas em critérios de cor, *status* social e ocupação. Ao examinar a documentação referente aos engenhos nordestinos do século XVII, notou, nessas unidades rurais, a criação de uma estrutura ocupacional que, gradativamente, colocou os negros nos serviços ligados ao trabalho com a cana-de-açúcar, ao tempo em que colocava os indígenas como força de trabalho auxiliar. Como é sabido, os africanos submetiam-se melhor ao cativo e tinham um conhecimento mais diversificado da lavoura. Os índios, por sua vez, eram mais resistentes ao trabalho escravo e muito suscetíveis a doenças. Seguindo o costume, optaram os portugueses, então, por associar os negros e índios àqueles trabalhos com os quais estivessem mais familiarizados e “dispostos” a realizar (SCHWARTZ, 1988: 63).



Figura 5: Pernambuco em 1624. Notar a divisão de trabalho entre negros, à frente, e índios, ao fundo.



Depreende-se dos dados da cerâmica arqueológica até aqui examinada que essas divisões ocupacionais estendiam-se ao mundo material, tendo elas sido usadas para delinear diferentes domínios de ação. Conforme argumentei anteriormente, os conjuntos cerâmicos utilizados no ambiente doméstico podiam ser utilizados para delinear, por um lado, as esferas dominadas por homens livres e, por outro, aquelas dominadas por mulheres escravas, que se ocupavam das mais variadas tarefas domésticas, incluindo o trabalho na cozinha. Na escolha das decorações empregadas em cada um desses conjuntos foram utilizados padrões inspirados por referenciais europeus (mais notadamente no caso das peças de serviço e consumo de alimentos) e africanos (nas peças de preparo de alimentos). Fora do âmbito doméstico, nas “casas de farinha” ou “engenhos de farinha” (tal como o exemplificado na Figura 4), delineava-se outra esfera de ação, associada, desde os momentos iniciais de colonização, aos indígenas. Essa esfera de ação alinhava-se com a posição por eles ocupada na sociedade colonial. Enquanto as mulheres negras tomavam parte do cotidiano doméstico, participando das atividades realizadas na cozinha, as mulheres índias – responsáveis diretas pela produção da farinha de mandioca e fabricação dos utensílios associados a essa atividade – limitaram-se à “casa de farinha” e de onde, com o passar do tempo, gradativamente se distanciariam.



A incorporação de referências culturais indígenas na cultura material associada ao processamento da mandioca foi marcada pela adoção de referências derivadas da tradição Tupiguarani, incluindo a forma dos torradores e uma de suas decorações mais populares: o corrugado, cujo emprego e função eram emblemáticos daquela tradição cerâmica. Com isso, as comunidades indígenas responsáveis pela introdução dos utensílios cerâmicos lançaram mão de referenciais derivados da sua própria cultura para aderir à lógica colonial, que baseava-se na criação de divisões sociais rígidas e ligadas à estratégias sociais concorrentes, que podiam incluir cor, *status* social, ocupação, *background* cultural e gênero.

Em sua análise, Schwartz (1988: 209) argumentou que, no Brasil, forjou-se “uma sociedade de múltiplas hierarquias de honra e apreço, de várias categorias de mão-de-obra, de complexas divisões de cor e de diversas formas de mobilidade e mudança”. Assinalou também que, a despeito dessas complexidades, a sociedade colonial tendia a reduzir as relações a dualismos de contraste do tipo senhor/escravo, fidalgo/plebeu e católico pagão. Os dados arqueológicos provenientes de sítios históricos e aqui examinados são um exemplo eloquente disso.

O entendimento da cerâmica encontrada em sítios históricos acrescenta uma nova camada de conhecimento sobre a sociedade colonial e às discussões encaminhadas por Schwartz, na medida em que nos permite a compreensão de que as relações estabelecidas tiveram a participação ativa dos agentes que constituíram seus diferentes segmentos. Essa compreensão é possível se considerado que, nos conjuntos cerâmicos associados a cada atividade específica, foram associados elementos culturais ligados diretamente aos seus usuários. A introdução da decoração corrugada é um exemplo disso. As comunidades indígenas foram compelidas não só a integrar uma ordem estabelecida pelo mundo colonial português, mas também a empregar critérios diferenciadores por elas estabelecidos.

Ao envolver-se na construção dessas relações, as comunidades indígenas, tais como outros agentes participantes da sociedade colonial, ajustaram-se a uma nova realidade, adaptando, transformando e resignificando seus conjuntos de referências materiais. Se tomada como referência a cerâmica Tupiguarani, é patente que ela guarda pouquíssimas semelhanças com aquela utilizada no universo colonial. Se esses dois conjuntos cerâmicos são vistos por uma perspectiva comparativa, fica claro que os torradores e a decoração corrugada foram selecionados no amplo repertório de formas e decorações da tradição Tupiguarani, transportados para um conjunto específico das cerâmicas, e recontextualizados. Nesse processo, os grupos associados à tradição Tupiguarani deixaram para trás um amplo repertório de técnicas decorativas dominadas pelos seus produtores (e.g. RIBEIRO, 2008: 184-185) em detrimento do corrugado, uma decoração relevante nessa tradição arqueológica. Ficaram para trás também muitas modalidades de consumo dos derivados da mandioca, tal como um tipo de bebida alcoólica produzida pela sua fermentação e bastante popular nas mais diversas comunidades indígenas (BROCHADO, 1977: 66). A contar pelo silêncio dos cronistas, essa bebida ficou com seu uso restrito às comunidades indígenas, que possivelmente, continuaram a consumi-la em suas aldeias. Outros itens, apenas esparsamente descritos pelos cronistas, ganharam pouca popularidade, tal como o beiju, fundamental na dieta de um vasto número de comunidades indígenas (BROCHADO, 1977: 66) e de participação apenas periférica nos relatos dos cronistas do século XVI.

O histórico de contatos e inúmeras trocas culturais estabelecidos entre diferentes grupos indígenas e os colonizadores nos força ainda a admitir que discussões acerca das influências culturais dos diversos agentes constituintes da formação social brasileira não





pode ser considerada de forma monolítica. Ainda que o aparato cerâmico ligado ao processamento da mandioca remonte à tradição Tupiguarani, sua presença em sítios históricos não pode ser considerada uma evidência “pura” de um determinado grupo étnico. Conforme tem-se assinalado (KASHIMOTO e MARTINS, 2008: 150; LIMA, no prelo), a tradição Tupiguarani não representa, necessariamente, um único grupo étnico. Isso porque, conforme têm demonstrado inúmeros estudos, semelhanças na cultura material não correspondem, necessariamente, a unidade étnica (SOUZA e SYMANSKI, 2009: 516). Além do mais, existe a possibilidade de, nos períodos que antecederam o contato, a expansão do grupos associado a tradição Tupiguarani tenha influenciado outros, que podem ter se “tupinizado” e assimilado algumas das suas expressões materiais (LIMA, no prelo). Nos momentos posteriores ao contato, os encontros entre diversos grupos indígenas em função dos apresamentos feitos pelos bandeirantes, forçaram novas trocas de influências. Disso deu conta Monteiro (1988), que demonstrou a grande amplitude das incursões bandeiristas no esquema de aprisionamento de índios no sertão, o que certamente acarretou em novas trocas de influências. Dessa forma, é possível considerar que as expressões materiais ligadas ao processamento da mandioca tenham se vinculado a agrupamentos mais amplos e que podiam incluir tanto os grupos indígenas diretamente associados à tradição Tupiguarani quanto aqueles sob sua influência cultural.

Exige também reflexão o fato que determinados elementos dos hábitos alimentares indígenas ligados à mandioca e sua forma de preparo foram perpetuados no século XIX, quando a população indígena tornou-se mínima e o envolvimento direto desses indivíduos no preparo da farinha tenha sido substituído pelo dos africanos. Conforme assinala anteriormente, os torradores – alguns deles com decoração corrugada – aparecem em contextos da primeira metade do século XIX e nos quais a população escrava era majoritária. Nos sítios da Chapada dos Guimarães, por exemplo, essa decoração foi utilizada no sítio Taperão, onde a presença indígena era mínima, e na Tapera do Pingador, um pequeno quilombo (SOUZA e SYMANSKI, 2009: 535-536). Em São Paulo, a longevidade da decoração corrugada chegou à cerâmica popular do século XX, que continuou a empregá-la (SCHEUER, 1982: 112,114).

O exame da relação das comunidades escravas com os torradores de mandioca, bem como a perpetuação da decoração corrugada, demandem uma explanação que, à luz dos dados disponíveis, não pode ser dada de forma satisfatória. Uma hipótese que pode ser

levantada acerca desse processo envolve as atribuições formais e tecnológicas associadas aos torradores e sua decoração, que podiam ser vistas como positivas pelos escravos que viriam a se ocupar do processamento da mandioca. Conforme argumentou Rowlands (1993: 142), a transmissão de determinadas expressões culturais é mais provável quando elas são vistas como tendo uma credibilidade comprovada. Esse era o caso dos torradores. Esses recipientes eram funcionalmente adaptados à torração adequada da mandioca e isso pode ter feito com que os escravos tenham optado pela manutenção da forma e decoração desses recipientes, a despeito deles terem se constituído em atributos selecionados por comunidades indígenas. Dessa forma, as ceramistas escravas que viviam nas fazendas e cidades podem ter terminado por emular os recipientes originalmente produzidos por índias.

CONCLUSÃO

Os utensílios cerâmicos utilizados no período colonial eram produzidos em nível local ou regional *por e para* seus usuários, constituindo-se, assim, em uma plataforma importante para a expressão das preferências e aspirações daqueles que os produziam e utilizavam. Para o arqueólogo, constituem-se em uma fonte de informações importante, na medida em que têm a virtude de permitir interpretações sobre aspectos relevantes da formação social brasileira, o que os coloca muito além da verificação de meras idiossincrasias do tipo: era assim que as pessoas preparavam seus alimentos, era assim que as pessoas comiam etc.

Neste artigo, procurei me valer do potencial aberto pela arqueologia na análise dos artefatos cerâmicos usados no período colonial. Argumentei que o aparato cerâmico utilizado no período colonial estava, muitas das vezes, associado à criação de assimetrias sociais. Sugeri que tanto no âmbito doméstico quanto nas chamadas “casas de farinha”, brancos, negros e índios envolveram-se na delimitação de esferas de ação, vinculadas a estratégias sociais concorrentes, incluindo cor, gênero, *status* social, *background* cultural e ocupação.

Os utensílios cerâmicos aqui examinados permitem a compreensão de que a sociedade colonial formou-se de forma hierárquica, segmentando diferentes agentes sociais por meio de um conjunto de estratégias. Permite também a compreensão de que esses agentes tiveram um papel ativo na criação de diferentes esferas de ação, lançando mão, para isso, dos referenciais existentes no seu acervo de conhecimento. Esses referenciais, com forte base cultural, foram adequados à realidade na qual estavam imersos. Ao con-



trário de servirem como indicadores étnicos precisos ou expressões puras de culturas ancestrais, os utensílios cerâmicos provenientes dos sítios históricos brasileiros servem como um indicador sensível de que as relações estabelecidas no universo colonial forçaram seus agentes a transformar, adaptar e resignificar muitos dos seus referenciais, o que, inevitavelmente, precipitou a emergência de novas expressões materiais. Os diferentes participantes do universo colonial adequaram-se à sua lógica, criando nexos para sua própria existência e tomando como referência o contexto no qual estavam imersos.

AGRADECIMENTOS

Sou grato à generosidade dos colegas que me permitiram usar informações ainda não publicadas, incluindo Camilla Agostini, Luis Cláudio Symanski, Maria Dulce Gaspar, Maria Farias Gluchy, Pedro Ignácio Schmitz, Tania Andrade Lima e Wagner Bernal. Agradeço ainda aos comentários feitos por Camilla Agostini, Luis Cláudio Symanski e Tania Andrade Lima a versões preliminares deste artigo.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINO, C. 1998. Padrões de Decoração em Vasilhames Cerâmicos do Rio de Janeiro, Século XIX. *Revista de Arqueologia*, 11, 15–25.
- ALBUQUERQUE, M. 1982. Subsídios ao Estudo Arqueológico dos Primeiros Contatos Entre os Portugueses e os Indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. *Clio*, 5: 105-116.
- ALBUQUERQUE, M. 2008. Recipientes Cerâmicos de grupos Tupi, no Nordeste Brasileiro. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 1. Belo Horizonte: Sigma, 67-90.
- ALLEN, S. J. 1998. A ‘Cultural Mosaic’ at Palmares? Grappling with the Historical Archaeology of a Seventeenth-Century Brazilian Quilombo. In P. P. A. FUNARI (org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Unicamp, 141-178.
- ANCHIETA, J. DE. 1933. *Cartas, informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ANDREWS, G. R. 1996. Brazilian racial democracy, 1900-90: an American counterpoint. *Journal of Contemporary History*, 31(3): 483-507.
- ANTONIL, A. J. 1982. *Cultura e Opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- AZEVEDO, T. DE. 1955. *As elites de cor*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BASTIDE, R. e FERNANDES, F. 1959. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BRANDÃO, A. F. 1930. *Diálogos da Grandeza do Brasil*. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica.
- BROCHADO, J. P. 1977. *Alimentação na Floresta Tropical*. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- CALVOCORESSI, D. 1977. Excavations at bantama, Near Elmina, Ghana. *West African Journal of Archaeology*, 7: 117-141.
- CARDIM, F. 1997. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. Lisboa: Comissão Nacional Para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- CARDOSO, F. H. 1962. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- CARVALHO, H. B. 2000. Uma Janela Para o Interior: Vida Cotidiana em Santa Cruz de Goiás no Século XIX. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- CASCUDO, L. DA C. 1967a. *História da Alimentação no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____. 1967b. *História da Alimentação no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CHMYZ, I. (org.). 1976. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, 1(1): 119-147.





- DEBRET, J. B. 1949. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.
- DEL PRIOPRI, M. 1997. Ritos da Vida Privada. In L. DE M. E SOUZA (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 275-330.
- DIAS JR., O. 1988. A Cerâmica Neo-brasileira. *Arqueo-IAB*. Textos Avulsos 1, 3-13.
- DIAS JR., O e PANACHUK, L. 2008. Características da Tradição Tupiguarani no Sudeste do Brasil. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 1. Belo Horizonte: Sigma, 91-116.
- FERNANDES, J. L. 1964. Sobrevivências de Tecnologia Arcaica Portuguesa nas Prensas de Mandioca Brasileiras. *Etnologia*, 1: 1-33.
- FREYRE, G. 1943. *Casa Grande & senzala*. 4a edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GANDAVO, P. DE M. 1969. *História da Província de Santa Cruz*. New York: The Cortes Society.
- GARDNER, G. 1942. *Viagens ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GARLAKE, P. S. 1977. Excavations on the Woye Asiri Family Land in Ife, Western Nigeria. *West African Journal of Archaeology*, 7: 57-95.
- GLUCHY, M. E. No prelo. El Guarani Arqueológico: Entre el Axioma y la Duda. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 2. Belo Horizonte: Sigma.
- HOLANDA, S. B. DE. 1956. *Raízes do Brasil*. 3a. edição. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio.
- JACOBUS, A. L. 1997. Resgate arqueológico e Histórico do registro de Viamão (Guarda Velha de Santo Antônio da Patrulha – RS). Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- KASHIMOTO, E. M. e MARTINS, G. R. 2008. A Problemática Arqueológica da Tradição Cerâmica Tupiguarani em Mato Grosso do Sul. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 1. Belo Horizonte: Sigma, 148-178.
- KIDDER, D. P. 1845. *Sketches of Residence and Travels in Brazil*. London: Wiley & Putman
- LATHRAP, D. 1970. *The Upper Amazon*. Londres: Thames e Hudson.
- LERY, J. DE. 1990. *History of a Voyage to the land of Brazil*. Berkeley: University of California Press.
- LEVI-STRAUSS, C. 1963. *Structural Anthropology*. New York: Basic Books.
- LEHMANN, J. M. 1994. *Durkheim and Woman*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- LIMA, T. A. (no prelo). Os Ceramistas Tupiguarani: Esses Desconhecidos. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 2. Belo Horizonte: Sigma.
- MARTIUS, C. F. P. V. 1991. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- MATTOS, R. J. DA. 1979. *Chorographia histórica da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO / Governo de Goiás.
- MONTEIRO, J. M. 1994. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

- NOELLI, F. DA S. 2008. José Proença Brochado, Vida Acadêmica e a Arqueologia Tupi. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 1. Belo Horizonte: Sigma, 17-48.
- NÓBREGA, P. M. DA. 1955. *Cartas do Brasil e Mais Escritos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- OGUNDIRAN, A. O. 2001. Ceramic Spheres and Regional Networks in the Yoruba-Edo Region, Nigeria, 13th-19th Centuries A.C. *Journal of Field Archaeology*, 1/2: 27-43.
- RIBEIRO, P. M. 2008. A Tradição Ceramista Tupiguarani no Sul do Brasil. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 1. Belo Horizonte: Sigma, 179-196.
- RICE, P. M. *Pottery Analysis*. 1987. Chicago: The University of Chicago Press.
- ROWLANDS, M. 1993. The Role of Memory in the Transmission of Culture. *World Archaeology*, 25(2): 141-151.
- SAINT-HILAIRE, A. DE. 1975. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SCHAMMAS, C. 1980. The Domestic Environment in Early Modern England and America. *Journal of Social History*, 14, 3-24.
- SCHEUER, H. L. 1982. *A Tradição da Cerâmica Popular*. São Paulo: Livramento.
- SCHMITZ, P. I. No prelo. A Decoração Plástica na Cerâmica da Tradição Tupiguarani. In A. PROUS e T. A. LIMA (orgs.). *Os Ceramistas Tupiguarani*. Vol. 2. Belo Horizonte: Sigma.
- SCHWARTZ, S. B. 1988. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SHEPARD, A. O. 1956. *Ceramics for the Archaeologist*. Washington, D.C.: Carnegie Institution of Washington.
- SILVA, E. 1989. Entre Zumbi e Pai João: O Escravo que Negocia. In: Reis, J. J. E SILVA, E. (eds.). *Negociação e Conflito: Resistência Negra no Brasil Escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, 13-21.
- SOARES, F. 1966. *Coisas Notáveis do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- SOARES, M. DE C. 2009. Engenho Sim, de Açúcar Não: o Engenho de Farinha de Frans Post. *Varia História*, 25(41): 61-83.
- SOUSA, G. S. DE. 1945a. *Notícia do Brasil*. Tomo I. São Paulo: Livraria Martins.
- SOUSA, G. S. DE. 1945b. *Notícia do Brasil*. Tomo II. São Paulo: Livraria Martins.
- SOUZA, M. A. T. DE. 2000. *Ouro Fino: arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- _____. 2002. *Entre Práticas e Discursos: A Construção Social do Espaço no Contexto de Goiás do Século XVIII*. In A. ZARANKIN e M. X. SENATORE (eds.). *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material. Discursos e Práticas*. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 63-86.
- _____. 2008. *Essencializando Las Cerámicas: Culturas Nacionales y Práticas Arqueológicas*



em América. In: ACUTO, F. e ZARANKIN, A. (Org.). *Sed non Satiata II: Acercamientos Sociales en la Arqueología Latinoamericana*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor, p. 143-157

SOUZA, M. A. T. DE. e AGOSTINI, C. No prelo. Body Marks, Pots and Pipes: Some Correlations Between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth and Nineteenth-Century Brazil. *Historical Archaeology Journal*.

SOUZA, M. A. T. DE. e SYMANSKI, L. C. P. 2009. Slave Communities and Pottery Variability in Western Brazil: The Plantations of Chapada dos Guimarães. *International Journal of Historical Archaeology*, 13: 513-548.

STADEN, H. 1988 *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

SYMANSKI, L. C. P. 2006. Slaves and Planters in Western Brazil: Material Culture, Identity and Power. Tese de doutorado, University of Florida, Florida, Estados Unidos.

_____. 2007. O Domínio da Tática: Práticas religiosas de Origem Africana nos Engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios*, 1(2): 9-36.

SYMANSKI, L. C. P. e GOMES, D. Em preparação. Mundos Mesclados, Espaços Segregados: Cultura Material, mestiçagem e Segmentação em Santarém (PA).

SYMANSKI, L. C. P. e SOUZA, M. A. T. DE. 2006. A arqueologia histórica: relações sociais e construção de identidades na região do rio Manso, séculos XVIII e XIX. In: L. A. MACHADO e L. M. FRAGA (Org.). *História e Antropologia no vale do rio Manso (MT)*. Goiânia: Editora da UCG, 239-263.

_____. 2007. O Registro Arqueológico dos Grupos Escravos: Questões de Visibilidade e Preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 33: 215-243.

TEDESCO, G. V. L. e CARVALHO, H. B. 2004. A cerâmica de Vila Boa de Goiás dos Séculos XVIII e XIX. Goiânia: Sebrae.

WAGLEY, C. 1963. *An introduction to Brazil*. New York: Columbia University Press.

WALL, D. D. 1994 *The Archaeology of Gender: Separating the Spheres in Urban America*. New York: Plenum Press.

WÜST, I. 2006. Arqueologia da Casa da Fundação de Ouro, Relatório 2. Goiânia.

WÜST, I. e CARVALHO, H. B. 1996. Novas Perspectivas Para o Estudo dos Ceramistas Pré-Coloniais do Centro-Oeste Brasileiro: a Análise do sítio Guará 1 (GO-NI-100), Goiás. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6: 47-81.

YENTCH, A. E. 1991. "The Symbolic Division of Pottery: Sex-related Attributes of English and Anglo-American Household Pots. In R. MCGUIRE e R. PAYNTER (eds). *The Archaeology of Inequality*. Cambridge: Basil Blackwell, 192-230.

YOUNG, L. C. e STONE, T. 1990. The Thermal Properties of Textured Ceramics: An Experimental Study. *Journal of Field Archaeology*, 17(2): 195-203

ZANETTINI, P. E. 2005. Maloqueiros e Seus Palácios de Barro: O Cotidiano Doméstico na Casa Bandeirista. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.



NOTAS

1 Por tratar-se de um método exploratório capaz de cruzar um amplo número de variáveis e identificar aquelas que se relacionam, esse teste permite a identificação de similaridades entre artefatos e a identificação de padrões a partir de procedimentos estatísticos. A aplicação desse método na amostra de Ouro Fino seguiu a mesma abordagem que WUST e CARVALHO (1996). Para detalhes da aplicação desse método nessa amostra, ver SOUZA (2000: 48-49, 165-166).

2 De acordo com a Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica (CHMYZ, 1976), a decoração corrugada é produzida pelo rejuntamento externo dos roletes usados na confecção da peça; ocasionalmente, é produzida com o auxílio de espátulas ou por meio de pressões sucessivas do dedo polegar.

3 Em situações dessa ordem, o período de queima geralmente é muito curto, não é possível um controle eficaz da quantidade de oxigênio e a temperatura é muito baixa, o que dificulta a queima de carbonos no recipiente e, conseqüentemente, um padrão de queima redutora completo (RICE, 1987: 81; SHEPARD, 1956: 104).

4 Na região sul do país, o corrugado tem sido identificado em maior densidade, razão pela qual definiu-se, para essa região, uma sub-tradição Tupiguarani denominada “corrugada” (DIAS JR. e PANACHUK, 2008: 92).

5 ALBUQUERQUE (2008: 73-74) fez ainda algumas observações importantes a respeito dessa ilustração. O autor notou, com bastante pertinência, a representação apenas de homens no plantio da mandioca, o que não corresponde com a prática corrente no período, quando as mulheres eram aquelas diretamente envolvidas nessa tarefa. Propôs ainda a associação do recipiente que aparece no primeiro plano sendo transportado por dois escravos como possivelmente relacionado à tradição Tupiguarani. Ainda que a forma desse utensílio assemelhe-se também a inúmeros recipientes usados no continente africano (e.g. CALVOCORESSI, 1977: 126,129; GARLAKE, 1977: 78; OGUNDIRAN, 2001: 34), sua percepção abre um novo campo de possibilidades para a interpretação dos utensílios usados no processamento da cana-de-açúcar que, à exemplo daqueles empregados no processamento da mandioca, podem ter estado sujeitos a influências culturais específicas.

